

AS RELAÇÕES ENTRE ÁFRICA DO SUL E BRASIL: DO IMPACTO DA GLOBALIZAÇÃO À CONSTITUIÇÃO DO IBAS

THE RELATIONS BETWEEN SOUTH AFRICA AND BRAZIL: THE IMPACT OF GLOBALIZATION ON THE CONSTITUTION OF IBSA

Analúcia Danilevicz Pereira*

RESUMO

A África do Sul e o Brasil são grandes países em vias de desenvolvimento e estão se posicionando como potências regionais, constituindo espaços qualificados e pólos específicos nos marcos de um sistema multipolar. A transição dos dois países a um regime democrático, tendência que marcou a fase que se abriu com o final da Guerra Fria, apresentou características peculiares. Este artigo busca avaliar a trajetória das relações bilaterais entre os dois países, que os conduziu à constituição do mais importante esquema de cooperação entre os países do Sul na atualidade, o IBAS.

PALAVRAS-CHAVE

África do Sul, Brasil, Política Externa, Cooperação Sul-Sul

ABSTRACT

South Africa and Brazil are big developing countries and are positioning themselves as regional powers, constituting qualified spaces and specific poles in a multipolar system. The transition of the two countries to a democratic regime, a trend that marked the period that opened with the end of the Cold War, presented peculiar characteristics. This article seeks to evaluate the course of bilateral relations between which led to the formation of the most important scheme of cooperation between countries of the South today, the IBSA.

KEY-WORDS

South-Africa, Brazil, Foreign Policy, South-South Cooperation

* Professora de Relações Internacionais ESPM/RS. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Publicações – NEPRI/ESPM-RS, do Centro de Estudos Brasil-África do Sul – CESUL/FUNAG-MRE/UFRGS e do Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais – NERINT/ILEA/UFRGS. Doutora em História. (apereira@espm.br)

Os novos temas da agenda global convergem, em uma perspectiva ampla, para uma questão crucial – uma ordem mundial mais eficaz. A conversão da realidade aproxima os países que não só defendem um pouco mais de equilíbrio e justiça à ordem internacional, mas que necessitam resolver problemas centrais para o seu desenvolvimento. África do Sul e Brasil aproximam-se em seus modelos de democracia pluralista e pela convivência pacífica de etnias e religiões nos marcos do Estado laico. Mas, por outro lado, precisam gerenciar os conflitos que surgem dos desequilíbrios da ordem econômica mundial e as contradições internas, políticas e sociais, características de países com grande extensão e extraordinária complexidade.

África do Sul e Brasil viveram situações históricas diferenciadas e destas circunstâncias inusitadas podem surgir dificuldades, mas também oportunidades. Os dois países alcançaram o *status* de potências médias e dispõem de condições para liderar suas regiões como um espaço qualificado e, assim, constituírem-se em pólos específicos nos marcos de um sistema mundial multipolar. Ambos os países transformaram suas sociedades tradicionais, organizadas em torno de uma economia agrícola, em sociedades industriais e liquidaram seus regimes autoritários em processos pacíficos de transição política. Dominam, claramente, as relações comerciais em seus respectivos continentes e possuem um setor financeiro que abarca o componente primeiro-mundista em uma economia terceiro-mundista.

A posição ocupada pela África do Sul e pelo Brasil, por outro lado, oculta algumas realidades incômodas sobre suas estruturas socioeconômicas. Na verdade, algumas dessas realidades indicam que os problemas que ambos os países enfrentam não são diferentes de outros países em desenvolvimento em pior situação. Em muitos aspectos, a exemplo da pobreza, criminalidade, epidemias, entre outros, a capacidade de liderança pode ser posta em questão. África do Sul e Brasil possuem condições para serem considerados Estados com poder hegemônico em suas regiões ao mesmo tempo em que enfrentam sérias limitações políticas, econômicas e sociais. Dessa forma, para muitos analistas, é preferível considerá-los como Estados pivô em suas regiões pela capacidade que possuem tanto em termos de desenvolvimento interno como pela repercussão de suas ações positivas ou negativas sobre seus vizinhos.

É importante considerar que o movimento de reordenamento internacional dos anos 1970 e 1980 teve um significado específico para os países

que alcançaram o *status* de potências médias e aqueles de industrialização recente. A partir desse movimento é que se definiram os processos específicos que atingiriam a base da política externa sul-africana e brasileira. O rompimento das regras econômicas vigentes desde o pós-guerra, acrescido à rápida mudança tecnológica nos anos 1970 e 1980, a distensão estratégica e o final da Guerra Fria na segunda parte dos anos 1980 foram os dois principais fenômenos que tiveram impacto sobre a definição do posicionamento externo das potências médias e dos países recém-industrializados. Em decorrência desse processo, alteram-se aspectos importantes do ordenamento internacional e, conseqüentemente, a dinâmica, as formas, os instrumentos e as estratégias internacionais dos Estados. Dentro desse contexto, África do Sul e Brasil receberam o impacto dessas transformações que viriam a afetar significativamente a sua inserção internacional.

As mudanças implementadas nas políticas externas sul-africana e brasileira a partir dos anos 1990 e sua evolução em direção à construção de uma agenda comum de Cooperação Sul-Sul têm sido acompanhadas por diplomatas e acadêmicos. A África do Sul e o Brasil são grandes países em vias de desenvolvimento e estão se posicionando como potências regionais. Sob essa perspectiva, este estudo pretende avaliar os avanços na aproximação entre os dois países e suas contribuições para a configuração de um sistema mundial cuja participação de novos Estados, até então à margem do tradicional núcleo de poder, possa se constituir de maneira efetiva.

A Deterioração das Relações Bilaterais (1982-1990)

Entende-se que são várias as áreas de convergência política que oportunizam a consolidação e o aprofundamento dos ainda latentes laços bilaterais entre Brasil e África do Sul. Até recentemente, a distância geográfica, a falta de interação histórica e cultural e, em especial, os problemas políticos gerados pelo *Apartheid* inibiram o desenvolvimento de vínculos mais fortes entre os dois países. Embora o Brasil tenha, desde os anos 1950 e 1960, alguma identidade com os países em desenvolvimento do Terceiro Mundo, as estreitas relações que mantinha com Portugal constituíram um obstáculo para as aspirações do Brasil na África. Essa postura era fortalecida, ainda, pelos laços com os Estados Unidos e seus temores quanto à influência comunista no Atlântico Sul.

Nesse sentido, pode-se afirmar que entre meados dos anos 1970 e o final dos anos 1980 as relações bilaterais entre África do Sul e Brasil se caracterizaram por um quase congelamento, atingindo seu nível mais baixo desde a troca de missões diplomáticas em 1947. Houve, portanto, um esvaziamento da pauta política, que passou a ser de confrontação, com o Brasil assumindo as críticas ao regime sul-africano com enorme desenvoltura. Esse panorama seria modificado, ainda que parcialmente, após a concretização das independências das colônias portuguesas e removida, definitivamente, a incômoda presença do sistema colonial português na região. Desde então, o Brasil pôde desencadear uma política mais efetiva no continente africano e assumir uma postura mais coerente nas suas relações com Pretória.

Duas datas foram cruciais na construção das relações entre o Brasil e a África do Sul. Foi a partir da Revolução dos Cravos, em 1974, que a política brasileira para a África liberou-se da ambiguidade e pôde concentrar-se em avançar, ainda que lentamente, nas ligações políticas e econômicas com os novos Estados da África. Desde 1974, então, o Brasil projetou-se na política mundial como um representante das causas do Sul e em um relacionamento especial com o continente africano. Não obstante, a partir da instauração da Nova África do Sul, em 1994, foi possível ao Brasil e às demais potências capitalistas livrarem-se da hipocrisia de condenar o regime racista nos fóruns internacionais e manterem vínculos econômicos com o país.

A aproximação com os novos países africanos, especialmente com Angola, condicionou a posição brasileira em relação à África do Sul. Ao mesmo tempo em que o governo angolano era reconhecido pelo governo brasileiro, a África do Sul patrocinava a invasão de Angola com tropas regulares e dava prosseguimento as suas atividades de suporte à UNITA¹. Dessa forma, o relacionamento entre a África do Sul e o Brasil, até aproximadamente 1981, conheceu um permanente processo de deterioração. Entre 1982 e 1984, houve uma mudança na posição brasileira, que esteve vinculada, segundo Pieter Wolvaardt² (2005), à visão mais positiva da questão pelo novo embaixador, Fred

¹ União Nacional para a Independência Total de Angola.

² Pieter Wolvaardt, diplomata sul-africano, chefiou a missão brasileira em 1993.

Conradie. O embaixador via o Brasil como um aliado natural do outro lado do Atlântico³.

Outros sinais da suavização nas relações puderam ser vistos entre 1983 e 1984. Pela primeira vez, o embaixador Conradie obteve permissão do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE) para visitar outros estados da federação. Igualmente, sem nenhuma oposição, estabeleceu-se uma câmara de comércio Brasil-África do Sul. Foi nesse período também que o embaixador sul-africano foi recebido pelo chanceler brasileiro após um hiato de três anos. Os constantes rumores de que as relações entre os dois países estavam para melhorar e de que o Itamaraty poderia enviar um embaixador para a África do Sul eram resultado de uma perceptível alteração nas condições internas e na projeção internacional de ambos os países. No entanto, como argumenta Wolvaardt: “Em 1985 todos esses sinais positivos evaporaram como uma consequência da deterioração da situação interna na África do Sul, a imposição de sanções pelos países Ocidentais e o aumento da pressão no Brasil pela África Negra” (2005, p. 146).

O Brasil já havia sofrido pressão por parte dos Estados africanos, da Liga Árabe, dos asiáticos e do bloco socialista, os quais identificavam a posição brasileira frente à África do Sul como sendo semelhante a dos países da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, ou seja, criticava o regime, mas mantinha expressivos vínculos comerciais e, como suspeitavam, tinha até mesmo um secreto envolvimento militar com Pretória, consubstanciado na ideia da Organização do Tratado do Atlântico Sul – OTAS – (PENNA FILHO, 2001, p. 81). Ainda, segundo o autor, a OTAS, iniciativa sul-africana tendo em vista a criação de um Pacto Militar para defesa do Atlântico Sul e que continha, em sua formulação, a ideia subjacente de romper o isolamento político e diplomático que vinha sendo imposta à África do Sul, incluiu o Brasil entre os países a serem alvos de represálias nas recomendações da Conferência de Dar-Es Salaam, quando foi, para efeitos de sanções diplomáticas e econômicas, colocado ao lado de Portugal, África do Sul, França, Grã-Bretanha, Alemanha e Estados Unidos.

³ Um exemplo da potencialidade desse relacionamento está na balança comercial entre os dois países; se o petróleo fosse retirado da equação, a África do Sul continuaria sendo o maior exportador para o Brasil.

O Itamaraty, desde a intensificação da ação diplomática sul-africana e do lançamento da OTAS, na segunda metade da década de 1960, já vinha praticando uma política discreta com relação à Pretória. A compreensão brasileira era a de que as relações com os sul-africanos tinham sua razão de ser exclusivamente nas vantagens econômicas que o país obtinha do intercâmbio comercial⁴. Embora discreto, o relacionamento entre os dois países tendeu a esfriar ainda mais. A deterioração da imagem sul-africana perante a comunidade internacional, através da permanência dos mesmos problemas – ocupação do Sudoeste Africano, a questão do *Apartheid*, desestabilização dos países da África Austral – foi tornando sua situação insustentável, e o MRE decidiu pela proibição das visitas dos embaixadores sul-africanos a outras partes do país devido às demonstrações anti-*Apartheid*.

Moções pelo endurecimento das relações, bem como pelo encerramento das pontes aéreas entre os dois países surgiram em diferentes fóruns, incluindo o Congresso Federal. As manifestações sociais tornaram-se mais visíveis, e os movimentos de Consciência Negra no Brasil ampliaram suas atividades. Esse momento foi, provavelmente, o mais próximo que os brasileiros chegaram de um possível rompimento de relações. No entanto, o MRE manteve o *status quo*. As relações não foram cortadas, os vôos da Varig e da *South African Airways* permaneceram e o comércio também persistiu. Porém, sem informar os diplomatas sul-africanos, o governo brasileiro, através do decreto de 9 de agosto de 1985, assinado por Sarney, aprovou sanções estritas contra a África do Sul. Dentre as medidas tomadas pelo governo brasileiro para reduzir ao máximo suas relações com a África do Sul, destacavam-se: a) a decisão de desestimular o comércio bilateral, retirando-se o governo de qualquer participação nesse sentido; b) dificultar a concessão de vistos para a entrada no Brasil de personalidades sul-africanas, especialmente funcionários de empresas estatais ou do setor privado (o objetivo desta medida era reforçar o desestímulo à promoção comercial); c) monitorar os investimentos sul-africanos no Brasil, especialmente os que pudessem dar uma conotação de sociedade entre os sul-africanos e o governo brasileiro; d) reduzir ao máximo os contatos culturais, desencorajando iniciativas de artistas e

⁴ Mesmo restringindo ao máximo os contatos políticos, até o início dos anos 1970, a África do Sul era responsável por mais de 90% das exportações brasileiras para o continente africano. Da decisão brasileira de conquistar novos mercados na África, resultou a visita do Ministro das Relações Exteriores, Gibson Barboza, a vários países africanos no início dos anos 1970 como primeiro passo concreto para a redefinição das prioridades brasileiras no continente.

desportistas brasileiros que desejassem se apresentar em solo sul-africano; e) estabelecer estrito controle sobre as exportações de armas para a África do Sul, se possível efetivamente proibindo que produtos brasileiros dessa natureza atingissem o mercado sul-africano, tendo em vista que não fossem levantadas suspeitas sobre o país nesse campo; f) desestimular qualquer iniciativa no campo da cooperação técnica; g) intensificar as críticas, no âmbito das Nações Unidas, contra o *Apartheid* e contra a ocupação ilegal da Namíbia (PENNA FILHO, 2001, p. 83-84). A reação da diplomacia sul-africana foi imediata. Segundo o embaixador Alex van Zyl,

Sanções são contra-produtivas e fúteis no sentido de que elas geralmente causam mais danos aos países que as impõem do que àqueles a que são destinadas. Nos raros casos em que surtem efeito, afetam justamente cidadãos ou grupos de pessoas a quem se pretendia ajudar. A experiência tem mais de uma vez demonstrado que, no caso da África do Sul, as sanções não têm efeito no modo com que o governo lida com suas políticas internas e que elas têm encorajado a África do Sul a se tornar cada vez mais auto-suficiente. Também tem sido provado que as sanções prejudicam os países vizinhos à África do Sul com os quais o Brasil mantém relações. Também deve ser mencionado que o equilíbrio de mercado entre os dois países está a favor do Brasil (ZYL apud WOLVAARDT, 2005, p. 146-147).

A imprensa brasileira e o MRE reagiram à declaração. O então chefe do MRE, Paulo Tarso Flecha de Lima, em reunião com o embaixador sul-africano, afirmou que o governo brasileiro havia concedido uma exceção para a sua nota à imprensa e que achava inaceitável que as ações brasileiras fossem consideradas “contra-produtivas e fúteis”. O embaixador Zyl, em um comunicado de Pretória no mesmo dia foi advertido para que tomasse uma posição mais positiva – por exemplo, utilizando o argumento que o Brasil deveria apoiar mudanças ao invés de impor medidas punitivas que poderiam ter um efeito negativo na reforma. Em razão de medidas como essa, o *Department of Foreign Affairs* mandou a seguinte mensagem para os chefes de missão de Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Buenos Aires, onde também os sul-africanos enfrentavam problemas:

Tornou-se claro que é contra-produtivo, a essa altura, iniciar, ou mesmo esboçar, qualquer ação em nosso país de endosso que possivelmente poderia ser considerada como provocação pelas autoridades. Tais ações de nossa parte poderiam levar à frustração das autoridades da sua parte e as fariam mais determinadas a tomar ações mais contundentes contra a África do Sul. É, portanto sentido que nem vocês nem nossos amigos deveriam estar ativos a essa altura e que deveriam manter uma posição discreta (apud WOLVAARDT, 2005, p.147 e 148).

A diplomacia brasileira também procurou manter uma postura de discrição diante do tensionamento nas relações com o governo sul-africano. O diplomata brasileiro Mário Vilalva, designado para Pretória durante o período 1982-1986, recebera recomendação do Itamaraty, na qual era estipulado que “a orientação para manter uma posição discreta e evitar manifestações que poderiam gerar polêmicas é a que melhor corresponde aos objetivos da política estrangeira do Brasil nessa área” (apud WOLVAARDT, 2005, p.148). Tanto a diplomacia brasileira quanto a sul-africana parecia concordar sobre a necessidade de não radicalizar posições em um momento no qual os dois países, ainda que sob focos de pressão interna e internacional diferenciadas, encaminhavam processos de transição política. No entanto, se no Brasil a postura dos diplomatas correspondia aos objetivos do governo, o mesmo não ocorria na África do Sul. Botha e seu Ministro das Relações Exteriores questionavam a lealdade dos membros das missões do *Department of Foreign Affairs*, chegando a afirmar que quem não quisesse trabalhar e “esmagar o ANC”, deveria considerar demitir-se. Nenhum diplomata se defendeu das acusações do chanceler.

Em março de 1987, um grupo de diplomatas aposentados (*senior diplomats*) escreveu uma longa carta endereçada a um jornal *afrikaaner* proeminente. Entretanto, por medo de que a publicação pudesse causar danos não só aos oficiais, mas sim ao próprio *Department of Foreign Affairs*, os signatários preferiram que a carta corresse informalmente dentro do DFA. A carta enfatizava que eles jamais haviam pertencido a nenhum partido político e que, como embaixadores, haviam servido ao país sob diferentes governos.

Os diplomatas sul-africanos expressavam uma opinião que era amplamente difundida também no governo, e insistiam sobre a necessidade de acelerar as reformas prometidas. Sobre a matéria, Brand Fourie⁵ fora advertido pelo chanceler Pik Botha que, embora demonstrasse profunda lealdade ao governo Botha, justificou: “[...] temos um longo caminho junto à nova administração americana. Temos que fazer algo para monitorar o expansionismo russo. Quanto ao *Apartheid*, temos que ser incisivos. Temos que nos livrar dele. Com o *Apartheid* nunca alcançaremos um alto padrão

⁵ Brand Fourie foi o chefe do DFA entre 1966 e 1980 e, mais tarde, foi embaixador em Washington.

moral” (apud WOLVAARDT, 2005, p.179). Nesse sentido, as relações com o Ocidente de um modo geral eram preocupantes. No caso do Brasil, o embaixador em Brasília, Alex van Zyl, reportou no fim de 1986 que os representantes diplomáticos sul-africanos no Brasil haviam sido colocados na defensiva por diversas ações, ainda que a moção feita no Comitê das Relações Exteriores do Parlamento para cortar os laços diplomáticos com a África do Sul não tivesse sido seguida.

Em contrapartida, para tentar melhorar a imagem da África do Sul no Brasil, diversas ideias foram sustentadas. Uma delas, embora não tenha sido seguida, foi a do cônsul-geral de São Paulo, Andre Bosman, de erguer *outdoors* nas maiores cidades do Brasil com imagens positivas da África do Sul. Outra forma de reverter a imagem sul-africana, a qual acabou se concretizando, foi a bajulação. Houve pagamentos de viagens para governadores e representantes de jornais a lugares como Belém, Salvador, Maceió, Manaus, etc., bem como a doação de livros sobre o país a bibliotecas brasileiras. Conforme Wolvaardt (2005, p. 179), ele mesmo teria comprado diversas páginas na Revista Manchete, o que “era uma prática aceitável no Brasil”, no intuito de promover a imagem de uma África do Sul próspera. Ainda, segundo o autor, era uma forma de contrapropaganda, que ajudava a desacreditar o ANC.

Contudo, a embaixada sul-africana em Brasília estava convencida de que no plano oficial nada conseguiria e passou a atuar de maneira independente, mantendo contatos diretos com governos estaduais e empresas privadas interessadas em fazer comércio com a África do Sul ou obter cooperação técnica em setores nos quais os sul-africanos estavam mais adiantados. As investidas sul-africanas nessa direção, sem o conhecimento ou consentimento do Itamaraty, produziram atritos ainda maiores entre o MRE e a embaixada sul-africana.

A Construção de Uma Parceria Estratégica: Uma Nova Dimensão Bilateral (1991-1994)

A partir do início da década de 1990, as relações da África do Sul com os países da América Latina mostraram uma melhora generalizada. Nesse momento, Nelson Mandela e outros prisioneiros políticos já haviam sido libertados e os principais partidos políticos perceberam que as negociações eram

a única solução lógica ou possível para o avanço⁶. Embora a última década do século XX tenha se mostrado favorável para o relacionamento entre a África do Sul e o Brasil a partir da remoção do *Apartheid*, principal empecilho para a normalização das relações, durante a administração De Klerk, os diplomatas sul-africanos passaram a agir ativamente normalizando as relações do país em todo o mundo. Ao mesmo tempo, o Brasil, animado com a perspectiva de solução pacífica e democrática para o problema do *Apartheid*, e considerando a importância econômica da África do Sul no continente africano, também teve todo o interesse em normalizar suas relações com Pretória.

O presidente De Klerk foi incentivado a fazer uma visita pelos países sul-americanos através dos convites enviados pelos presidentes do Uruguai, Chile, Paraguai e Argentina. Na ocasião, o Brasil não estava no itinerário, pois nenhum convite havia sido feito pelo presidente brasileiro. Após dezoito anos, essa foi a primeira visita de um chefe de Estado sul-africano à América Latina⁷. De 22 a 24 de agosto, De Klerk visitou o Uruguai. O convite do presidente Lacalle, do Uruguai, foi o primeiro da América do Sul e um dos primeiros do mundo. As relações

⁶ Em dezembro de 1991, realizou-se a importante *Convention for a Democratic South Africa* (CODESA) no World Trade Centre perto de Johannesburg. A Convenção teve continuidade como a CODESA II, e subsequentemente como um Conselho de Negociação (*Negotiating Council*). Mais de 200 delegados de 19 partidos políticos participaram das discussões, exceto alguns partidos direitistas e o *Inkatha Freedom Party* (IFP). Como centro do debate, uma nova constituição foi acordada: a lei da maioria se tornou um fato. No início de 1992, o Partido Nacional sofreu uma dura derrota nas eleições em Potchefstroom. Desse modo, De Klerk decidiu chamar um referendo para estabelecer se os sul-africanos brancos queriam continuar na rota das negociações. O referendo realizou-se em 17 de março de 1992. No mês de junho, houve o então chamado *Boipatong massacre*, quando *Armed I.F.P Supporters* atacaram a região. Cerca de 45 pessoas foram mortas. Em agosto, houve uma greve em peso e em setembro, milhares de apoiadores do ANC marcharam para Bisho, na então terra dos negros *Ciskei*. Soldados indisciplinados abriram fogo quando a marcha saiu do controle. Quase 30 pessoas foram mortas. Em abril de 1993 houve um evento com potencial de inflamar o país. Chris Hani, o respeitadíssimo secretário-geral do partido comunista e um membro da milícia MK foram assassinados perto de Johannesburg. Os assassinos logo foram presos e Mandela, habilmente, usou o fato de que tinha sido uma mulher *afrikaanner*, Retha Harmse, que denunciara o crime à polícia. Em junho de 1993, foi decidido que as eleições ocorreriam em 27 de abril de 1994, terminando com o domínio da minoria branca. O IFP ainda boicotava as negociações, mas os outros partidos partiram para a campanha. Em setembro, os partidos concordaram que um *Transitional Executive Council* iria ser formado para pavimentar o caminho em direção às eleições.

⁷ A última visita foi a de Voster ao Paraguai, em 1975.

entre os dois países estavam em processo de melhora nos últimos anos. O presidente Lacalle instruiu seu primeiro embaixador para a África do Sul que fizesse todo o possível para melhorar as relações entre ambos os países. Um dos primeiros sinais dessa melhora foi o aumento da cooperação naval, que levou o Chefe da Marinha, Admiral ‘Woody’ Woodburne, a Montevideu. Outras questões bilaterais foram debatidas, como a assinatura de um novo acordo de vistos. Em 24 de agosto, a missão foi a Santiago, no Chile. Esse país era considerado mais importante que o Uruguai, devido a sua relação de comércio com a África do Sul, que era em 1992 de R330 milhões, enquanto o Uruguai contava apenas com R21 milhões. O contato militar também havia sido um importante ponto das relações bilaterais entre os dois países. Os chilenos, no entanto, pretendiam esvaziar essa imagem devido às críticas da comunidade internacional.

Em Assunção, no Paraguai, o presidente De Klerk foi recebido por Carlos Wasmosy, o primeiro presidente civil eleito pelo voto democrático no país desde a sua independência em 1811. De Klerk foi o primeiro chefe de Estado a contatá-lo oficialmente, o que causou uma grande impressão. Por outro lado, o comércio entre os países sempre foi limitado, chegando a ordem de apenas de R34 milhões em 1992. De qualquer forma, não havia muito que discutir. Os diplomatas sul-africanos negociaram um acordo de vistos duas semanas antes da visita oficial, no qual estava previsto que não seriam necessários vistos para viagens de até 90 dias e para trânsito. Na visita à Argentina, país que havia cortado relações com a África do Sul em maio de 1986, a missão buscava a possibilidade de um acordo de vistos e um tratado de extradição. Assim como os outros três presidentes, Menem foi convidado a visitar a África do Sul.

Em 1993, Pieter Wolvaardt, chefiava a missão em Brasília, obtendo rapidamente a credencial presidencial concedida pelo presidente Itamar Franco. A situação, nesse momento, era completamente diferente. África do Sul e Brasil estabeleceram em seu diálogo o consenso em torno da ideia de “aliados naturais”. Questões de longa data receberam novo ímpeto – reciprocidade em relação a vistos, cooperação científica e tecnológica, cooperação mais próxima na questão das drogas, acordo agrícola, a possibilidade de um *military attaché*, adição de representantes honorários, entre outras questões. O Brasil sempre foi o maior parceiro comercial da África do Sul na América Latina, tendo o comércio total, em 1992, aumentado para US\$325 milhões, após a estagnação durante os anos 1980. As sanções impostas pela ONU já podiam ser retiradas, embora as sanções de armas e petróleo ainda vigorassem no período.

Segundo Wolvaardt (2005, p. 225) um perfeito exemplo de como os rumos mudaram na relação entre África do Sul e Brasil foi o Pacto do Atlântico Sul, que no passado resultara em imediata e veemente recusa na cooperação da diplomacia brasileira. Após a Guerra das Falklands em 1982, a idéia de uma Organização do Tratado do Atlântico Sul novamente ganhou força, principalmente na Argentina e África do Sul. Foi, contudo, recusado por alguns países e o Brasil iniciou o estabelecimento de uma Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul (ZPCSA), adotada pela Assembléia Geral da ONU em 27 de Outubro de 1986. Entretanto, a Namíbia e, principalmente, África do Sul não poderiam tornar-se membros em virtude de suas realidades políticas. Posteriormente, a Namíbia e a África do Sul ingressaram na organização, respectivamente em 1990 e 1994. Vinte e quatro países litorâneos do Atlântico Sul perfazem o ZPCSA, muito além da ideia originalmente esboçada em 1969. Seus objetivos incluem uma gama de temas que podem ser identificados desde cuidados ao meio ambiente ao combate às drogas.

Removido o *Apartheid*, ambos os países buscaram normalizar um relacionamento antigo, porém pontuado por restrições de cunho político que mais colaboraram para o afastamento e a permanente condição de desconhecimento mútuo, apesar do caráter de vizinhança atlântica. O Brasil, considerando a perspectiva de solução pacífica e democrática para o *Apartheid*, e também pela importância econômica conferida à África do Sul no continente africano, teve interesse imediato em buscar um relacionamento próximo, tão logo as circunstâncias políticas internas sul-africanas permitiram. A visita de Mandela ao Brasil, em 1991, já era um sinal de algum interesse pelo Brasil principalmente no que diz respeito à estratégia de revigoração das relações Sul-Sul pelo futuro governo.

As Relações Brasil-África do Sul e a Cooperação Sul-Sul

O Brasil e a África do Sul, embora tenham vivenciado processos históricos diferenciados, compartilham uma posição comum: são países em desenvolvimento. Em 1989, o Brasil concluía sua transição democrática. No mesmo período, a África do Sul discutia a necessidade de uma transição que culminou em 1994, com ascensão de Nelson Mandela ao poder. Diplomáticamente, a África do Sul saiu do isolamento recentemente. O seu reingresso tardio nas relações internacionais ainda está em processo de redefinição, todavia, as prioridades de sua política externa estão sendo estabelecidas. No caso brasileiro, adoção de uma agenda que procura

consolidar uma posição do Sul nas relações internacionais redimensiona as relações externas do país. O debate sobre o foco e a direção da política externa é um traço comum da “desordem mundial” característica do pós-Guerra Fria. A questão que emerge, no entanto, diz respeito às oportunidades que este recente espaço diplomático pode oferecer a ambos os países.

Politicamente, os dois países buscam consolidar seus sistemas democráticos. Essa é uma prioridade máxima para ambos os Estados. Nos dois casos foram transições pacíficas e ordenadas pelos regimes autoritários. No caso sul-africano havia temores no sentido de que o consenso democrático não pudesse sobreviver aos novos governos, devido a grupos secessionistas, irredentistas e antidemocráticos residentes dentro de Estado, que colocam problemas reais de segurança. Os altos índices de criminalidade, as elevadas taxas de desemprego e a problemática das fronteiras exigiram que o GNU controlasse o processo de uma forma bastante firme. Embora os problemas de instabilidade interna não sejam tão agudos no Brasil, se comparados à África do Sul, não se pode afirmar que a democracia está estabilizada, diante das repetidas crises políticas e socioeconômicas.

Outros valores também são compartilhados pelos dois Estados. Soberania, independência e integridade territorial possuem uma conexão importante com a projeção de política externa. Tanto o Brasil como a África do Sul estão comprometidos em resistir a pressões de forças hegemônicas políticas e econômicas externas. No caso brasileiro, percebe-se a clara tentativa de anular ou diversificar a tradicional dependência dos Estados Unidos e desenvolver uma rede de relacionamentos muito mais ampla intra e extra-hemisférica baseada em uma reavaliação legítima dos seus interesses e aspirações, comportando-se como um negociador global. Por sua vez, a África do Sul também tem procurado burlar suas relações dependentes. O país não pode mais ser considerado um posto europeu no sul africano. O compromisso com os interesses africanos pode ser percebido nas divergências com os Estados Unidos desencadeadas sobre o seu relacionamento com Cuba, Líbia, Irã e outros países do Oriente Médio.

Os dois países têm resistido, a partir de suas condições específicas, à interferência do FMI e do Banco Mundial, bem como têm discutido dos fóruns internacionais suas relações econômicas com a União Europeia. É importante considerar que essa postura de autoafirmação não é necessariamente confrontativa. Ela é oriunda do desenvolvimento de concepções e valores, como por exemplo,

soberania, que não excluem a interdependência, mas projetam uma ordem mais simétrica nos relacionamentos internacionais. Quanto à questão da integridade territorial, ainda que as disputas de fronteiras sejam uma preocupação histórica em ambas as regiões, os processos de cooperação e integração vêm mudando os padrões das relações regionais a partir do desenvolvimento de comunidades de economia e segurança.

Ainda dentro de uma estrutura de valores e prioridades em comum, está o desenvolvimento econômico e o progresso social. Alcançar o crescimento econômico sustentável é um objetivo fundamental e possui sua dimensão internacional. Os dois Estados possuem enormes disparidades de renda e desenvolvimento desigual. O potencial dos países é imenso, todavia desperdiçado pela ainda não superada estrutura socioeconômica herdada dos períodos anteriores. Pobreza, desemprego, desigualdade de renda, economia inflacionária, taxas de criminalidade, sistemas de saúde e educação precários, sem falar nas epidemias, são desafios em comum. Assim, Brasil e África do Sul têm a frente a difícil tarefa de garantirem seus objetivos macroeconômicos em longo prazo e estabelecerem padrões de vida mais elevados em curto prazo.

O Brasil e a África do Sul são lideranças nas suas regiões e as possibilidades de desenvolverem uma parceria estratégica bilateral são grandes. Conforme Evans,

[...] um relacionamento estreito com a África do Sul como líder da região e conduto é, portanto uma consequência lógica para a política africana brasileira. A África do Sul também está ansiosa para intensificar as relações com o Brasil. Em 1995 o comércio, nas duas vias, representou R\$ 2 bilhões, e o turismo na África do Sul está aumentando. A América do Sul avançou rápido no campo de agrupamentos econômicos regionais e o MERCOSUL, como a segunda união aduaneira no mundo, depois da União Européia, é um modelo que a SADC teria a esperança de imitar. O Brasil ocupa um lugar central dentro do Cone Sul e tem boas relações com todos os doze vizinhos. A África do Sul tem onze parceiros no SADC e ocupa uma posição de liderança semelhante na região. As vantagens de mútua cooperação são óbvias. Além da África, três questões em particular são merecedoras de atenção: reforma das Nações Unidas, desenvolvimento no Sul do Atlântico/região da Antártica, e cooperação Sul-Sul (1996, p. 116).

Ainda, segundo Evans, cada uma das áreas de interesse nas relações internacionais contemporâneas, destacadas acima, oferecem oportunidades para uma diplomacia criativa e solucionadora de problemas. No tocante às Nações

Unidas, tanto o Brasil como a África do Sul têm expressado sua insatisfação com o fechamento do P5 no Conselho de Segurança e levam a sério suas candidaturas para membros permanentes de um Conselho aumentado. Forte cooperação nessa área beneficiaria ambos os Estados. O Brasil reivindica como quinto maior Estado do mundo e como o maior poder no hemisfério sul. Já os sul-africanos têm a habilidade para se tornar uma presença importante na *African Union* (AU) e na *New Partnership for Africa's Development* (NEPAD). Esse fato combinado com a influência política que o Brasil poderia exercer na América do Sul e em outros lugares, representaria um grande bloco votante na Assembléia Geral.

Os dois Estados têm interesse também no Atlântico Sul e na região da Antártica⁸. A África do Sul, como membro do grupo Valdivia de Estados (com Chile, Argentina e Uruguai) tem acesso direto à Antártida. A cooperação bilateral nessa questão, assim como no que diz respeito à Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul são de interesse mútuo. E, em um espectro mais amplo, as possibilidades de complementaridade na esfera econômico-industrial constituem uma prioridade para Estados que alcançaram não só o *status* de potência média, mas que começam a implementar decisões ou exercer influência nos assuntos regionais e extraregionais.

A aproximação entre o Brasil e a África do Sul foi redimensionada a partir do estabelecimento do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul – IBAS⁹, em junho de 2003. Nessa ocasião, os chanceleres dos três países – Celso Amorim, do Brasil; Yashwant Sinha, da Índia; e Nkosazana Dlamini-Zuma, da África do Sul – anunciaram, em Brasília, a constituição do Grupo. O primeiro documento da iniciativa, a “Declaração de Brasília”¹⁰, divulgado no mesmo dia de seu lançamento, previa uma série de atividades a serem desenvolvidas conjuntamente pelos três países. Entre as atividades, estava prevista a coordenação de visões sobre grandes temas da agenda internacional, a articulação dos acordos de liberalização comercial em negociação entre eles e a cooperação em diversos setores. Países em desenvolvimento como a Índia, o Brasil e a África do Sul têm recursos escassos

⁸ Um estudo sobre o papel da Antártida nas relações internacionais foi desenvolvido por COLACRAI, Miryam. *El Ártico y la Antártida em las relaciones internacionales*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. (Coleção Estudos Internacionais)

⁹ IBAS, em inglês (*India, Brazil and South Africa Dialogue Forum*)

¹⁰ A Declaração de Brasília e outros documentos básicos relativos ao Fórum estão disponíveis no site do Itamaraty (www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/grupos/ibas/index.asp)

para investir em política externa, pois esses recursos são disputados por outros setores em que é demandada a ação governamental (saúde, educação, etc.).

A Declaração de Brasília define, de forma ampla, o exame dos temas da agenda internacional e de interesse mútuo, como um dos principais objetivos do grupo. Em seguida, o documento trata de uma extensa lista de temas específicos. São eles: paz e segurança internacionais; reforma da ONU e de seu Conselho de Segurança; novas ameaças à segurança (como terrorismo, crime transnacional, tráfico de armas, ameaça à saúde, em particular a epidemia de HIV/AIDS, desastres nacionais e trânsito de substâncias tóxicas); defesa; Convenção para o controle do Tabaco; meio ambiente e desenvolvimento sustentável; diversidade biológica; globalização; protecionismo comercial; flutuação dos preços das matérias-primas; volatilidade dos fluxos financeiros globais; promoção da inclusão e equidade sociais; eliminação da discriminação racial e promoção da igualdade de gênero; desenvolvimento de cooperação trilateral em áreas em que pelo menos um dos parceiros tenha excelência e naquelas que aumentem a conectividade entre eles (transporte aéreo e marítimo); colaboração em matéria de tecnologias de comunicação e informação; e articulação de suas respectivas iniciativas de liberalização comercial (Mercosul-Índia, Mercosul-SACU e SACU-Índia).

A natureza ampla dos objetivos do Fórum e o nível de afinidade entre os países em diversas áreas sugerem que a iniciativa foi concebida para transcender o nível das chancelarias e abarcar temas que possam ser articulados não só entre o poder público e suas instâncias burocráticas, mas também entre o setor privado e a sociedade civil. O IBAS, se observados seus objetivos e seus temas de forma mais detida, apresenta a possibilidade de dois tipos de relacionamento. A primeira delas reflete as relações dentro do próprio grupo para tratar dos temas de interesse específico, como a implementação de projetos de cooperação entre seus membros. A segunda mostra a capacidade do grupo para interagir em bases bilaterais com um país ou outro grupo de países, ou ainda, para atuar em um determinado organismo multilateral.

A formação do IBAS remonta uma proposta da ANC, concebida antes mesmo do partido chegar ao poder. A ideia inicial era a de que a África do Sul trabalhasse a partir do objetivo de criar um grupo que, no Sul, refletisse o G-8 e dele se tornasse interlocutor. Todavia, a proposta não se concretizou durante o primeiro governo democrático da África do Sul. Esse governo foi cauteloso no sentido de se projetar imediatamente como uma possível liderança do mundo em

desenvolvimento, não só pela delicada situação interna de garantir o sucesso da transição, como pelo recente reposicionamento sul-africano diante da comunidade internacional.

No entanto, o governo de Nelson Mandela foi politicamente tranquilo, bem como a passagem do poder para Thabo Mbeki. A partir de então, Pretória teria avaliado que as condições para a constituição de um grupo do Sul eram apropriadas. Em 2001, o Presidente Mbeki estabeleceu contato com os primeiros mandatários do Brasil, da Arábia Saudita, da Índia e da China, formalizando a proposta de constituição do grupo para atuar como interlocutor de G-8. Porém, antes que fosse possível realizar uma reunião com os representantes de cada um dos países, ocorreram os atentados de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos.

O Brasil, a Índia e a China declinaram o convite para participar do encontro sugerido pelos sul-africanos alegando que aquele era um momento de turbulência internacional, decorrente dos atentados. A retomada do trabalho de articulação política visando o agrupamento de países do Sul só aconteceria em 2003, fixando o debate entre Brasil, Índia e África do Sul.

O IBAS corresponde ao conceito brasileiro de alianças pragmáticas de geometria variável, mas especialmente o experimento mais arrojado de cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento e a construção de um sistema internacional de contornos multipolares e multilaterais. Seus três eixos de atuação são a *Concertação Política* (atuação comum no G-20, G-5, reforma do CS da ONU e ações pela paz e contra a fome), a *Cooperação Sul-Sul* (grupos de trabalho na área de logística, educação, ciência & tecnologia, saúde, etc) e a *Cooperação com terceiros países* (Fundo IBAS no combate à fome e à pobreza e ajuda a países menos desenvolvidos).

Iniciativa lançada no contexto da guerra do Iraque e em reforço do “Eixo da Paz” (Alemanha, França e Rússia), o IBAS tem servido de estímulo a diversas iniciativas dos países em desenvolvimento. Antigas agendas têm sido resgatadas num formato pragmático e eficaz, num mundo em acelerada transformação rumo à multipolaridade. Impulsionado pelas necessidades e potencialidades do desenvolvimento e inserção internacional de três grandes países, o Fórum representa uma inovação na vida internacional que não pode ser mais ignorada.

Considerações Finais

A história das relações entre a África do Sul e o Brasil apresenta um período maior de descompassos do que de uma aproximação efetiva. O pós-Guerra Fria, no entanto, criou novas condições para esse relacionamento. Apesar de um perfil econômico semelhante e uma estrutura social complexa, esses países possuem uma formação histórico-cultural diferenciada. Os dois Estados são os mais importantes dos seus respectivos continentes, mas ao longo do seu processo de desenvolvimento fizeram opções políticas diferentes. Assim, os caminhos para a inserção internacional, diante da crescente complexidade das relações internacionais, foram igualmente opostos. O Brasil procurou inserir-se positivamente no contexto internacional e regional, assumindo as regras estabelecidas pela ordem internacional. A África do Sul, ao contrário, apresentou-se com uma postura desafiante, inserindo-se de forma negativa, em uma trajetória que chegou ao seu esgotamento na década de 1980, quando o cerco internacional se fechou sobre Pretória. Dessa forma, a política embasada no regime do *Apartheid* chocava-se frontalmente com aquela defendida pela diplomacia brasileira.

O *Apartheid* trouxe implicações de todo tipo para a vida sul-africana, seja no plano interno, seja no terreno internacional. E teve implicações para as relações entre a África do Sul e o Brasil. Conforme Penna Filho (2001), a grande preocupação do Itamaraty centrava-se em dois aspectos. Primeiro, os prejuízos que adviriam para a imagem do Brasil na cena internacional, sobretudo no seio das Nações Unidas, em razão das relações próximas com a pátria do *Apartheid*. Em decorrência disso, o adiamento, até o último momento, da elevação da Legação para a Embaixada em Pretória, o que só ocorreu em virtude das reformas internas e de caráter administrativo do Itamaraty que, finalmente, decidiu suprimir todas as remanescentes legações. Em segundo lugar, uma vez decidida a aproximação com a África negra, fez-se mais do que necessário estabelecer o mais baixo perfil possível nas relações com a África do Sul. Dessa forma, embora o Brasil não tenha rompido relações, como era do desejo da maioria dos países africanos, desestimulou ao máximo as relações comerciais com Pretória e não enviou um embaixador para o posto, demonstrando com este gesto a sua decisão de congelar as relações bilaterais, política reforçada pelo desestímulo de todo o tipo de contato oficial em qualquer nível.

A África do Sul, desde a democratização e sua reintegração à comunidade internacional, percebeu que um dos espaços mais propícios para cooperação entre ambos os países constitui-se na arena multilateral, onde os interesses convergem a

partir dos grandes temas da agenda internacional. Internamente, a vitória do ANC na terceira eleição democrática do país referenda os ganhos de um governo de “transformação social”. A política dos dezesseis anos de democracia têm se apresentado como uma política de paz, relativa prosperidade econômica e estabilidade se comparada aos últimos anos do *Apartheid*. No entanto, algumas feridas permanecem abertas como resultado das definições em torno da própria transição.

O peso econômico e as atitudes internacionais do país o tornam de grande relevância na região e geram desconfiças nas outras potências africanas. Ainda há o grande problema interno de promover uma sociedade menos dividida e menos desigual, devido à herança do *Apartheid*. O avanço econômico, nesse sentido, é pré-requisito para estabilização política e reconciliação social. A que pese as iniciativas em direção ao desenvolvimento econômico, o movimento de liberalização diminuiu a confiança popular no partido, embora não tenha chegado a transformar a situação nas urnas. Além disso, 40% das pessoas do país que querem trabalhar não conseguem. A desigualdade cresce e pouco progresso em “desracializar” a riqueza acompanha os anos de governo do ANC. O governo faz mais progressos na área de serviços públicos básicos, que antes eram privilégios exclusivos dos brancos. Apesar de ter havido uma melhora na vida dos pobres (negros, em sua maioria) do país, os direitos “universais” públicos ainda não acompanham a população mais pobre. Como outros países em desenvolvimento, a África do Sul tem trabalhado para não ficar em situação pior.

Em 1990 o Brasil emergiu de um longo período de regime militar e em 1994 a África do Sul embarcou em seu destino democrático. Desse ponto de vista pode-se dizer que o Brasil e a África do Sul estão, no momento, ainda em busca de uma construção democrática mais sólida. Em termos socioeconômicos há diversas semelhanças entre os países. Não obstante a existência de instituições econômicas sólidas, resultantes de seus processos de industrialização, existem vastas desigualdades em ambas as sociedades. No Brasil, a pobreza assumiu grandes proporções e seus efeitos prejudiciais, tais como o desemprego, a deterioração dos serviços sociais e a criminalidade estão cada vez mais evidentes.

O passado sul-africano de intolerância racial está agora sendo revelado em toda a sua extensão, a criminalidade tornou-se um problema central e a autosustentação e o crescimento econômico parecem cada vez mais difíceis. Assim, apesar das claras diferenças históricas, culturais e sociais entre o Brasil e a África do Sul, estes são países em desenvolvimento, marcadamente desiguais, e que se

encontram em um estágio de transição crucial em direção não só à consolidação da democracia, mas também a uma situação em que serão colhidos os supostos benefícios dessa condição, ou seja, livre participação política o crescimento econômico e estabilidade social. Os dois Estados, por caminhos distintos parecem decididos a participar ativa e positivamente da comunidade das nações. Dessa forma, compreender a complexidade que envolve o desenvolvimento histórico e as ações externas desses dois importantes pólos não é mais apenas interesse acadêmico. A constituição do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) reflete, em certa medida, uma nova fase de “conscientização” dos países envolvidos em relação às suas potencialidades, mas, principalmente, às novas oportunidades que o meio internacional passou a oferecer no pós-Guerra Fria.

O Brasil visa abrir espaço na ordem internacional, perseguindo, pois, uma estratégia que pode ser nomeada de “não-hegemonismo”. Age de maneira ativa no sentido de manter o foco de sua política externa na promoção das necessidades e aspirações do país. Assim, é fundamental não se deixar limitar por uma agenda internacional direcionada pelos interesses norte-americanos. A África do Sul, por sua vez, busca uma maior projeção internacional para frear a marginalização do país e do continente, como resultado de um processo de globalização que entende ser dirigido pelo Norte e alheio às necessidades e aos problemas africanos. Pretória tem persistentemente se empenhado para que suas visões e as da África sejam levadas em consideração em todas as instâncias da “governança” global. Na busca por seus espaços no cenário externo, esses países confiam não só em seu peso específico, mas também nos recursos de poder, embora brandos, que possuem. Importante notar que, no IBAS, os três países encetam conjuntamente a realização de seus projetos de política externa.

De qualquer forma, a constituição do IBAS já terá desempenhado um papel importante em chamar a atenção do Norte para a intenção dos países do Sul de terem sua voz ouvida sobre os grandes temas globais e terá, em alguma medida, influenciado o G-8 a convidá-los para seus debates internos. O IBAS, nesse sentido, está realizando um papel de projetar seus membros no cenário internacional, alertando a comunidade internacional que os países estão dispostos e aptos a quebrar o invólucro de seus contextos regionais e colaborar decisivamente para os progressos de uma ordem multipolar. Por fim, o Fórum abriu um valioso espaço político para a atuação internacional da África do Sul e do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTLER, Anthony. **Contemporary South Africa**. New York: Palgrave Macmillan, 2004.

DÖPCKE, Wolfgang. Uma nova política exterior depois do *Apartheid*? – Reflexões sobre as relações regionais da África do Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, n. 41, 1998.

EVANS, Graham. Novos vizinhos: reflexão sobre a nova política mundial contemporânea da África do Sul e do Brasil. In: GUIMARÃES, Samuel (Org.). **Brasil e África do Sul: riscos e oportunidades no tumulto da globalização**. Brasília: IPRI/FUNAG, 1996.

GELDENHUYS, Deon. **The diplomacy of isolation: South Africa foreign policy making**. Braamfontein: Macmillan, 1984.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org.). **África do Sul: visões brasileiras**. Brasília: CAPES/ IPRI/FUNAG, 2000.

_____. **Brasil e África do Sul: riscos e oportunidades no tumulto da globalização**. Brasília: CNPq/ IPRI/FUNAG, 1996.

HENTZ, James J. **South Africa and the logic of regional cooperation**. Bloomington and Indianapolis: Indianapolis University Press, 2005.

LANDSBERG, Chris; LE PERE, Garth; NIEUWKERK, Anthoni Van. (Ed.). **Mission imperfect: redirecting South Africa's foreign policy**. Johannesburg: Foundation for Global Dialogue/Centre for Policy Studies, 1995.

LE PERE, Garth L. A África do Sul pós-*apartheid*: do isolamento econômico à transformação social. In: VILLARES, Fábio (Org.). **Índia, Brasil e África do Sul: perspectivas e alianças**. São Paulo: UNESP/IEEI, 2006.

A PALAVRA do Brasil nas Nações Unidas, 1946-1995. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília: FUNAG, 1995.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **O lugar da África:** a dimensão atlântica da política exterior brasileira (de 1946 a nossos dias). Brasília: Ed. da UnB, 1996.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações internacionais no Brasil:** de Vargas a Lula. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

WOLVAARDT, Pieter. **A Diplomat's Story:** Apartheid and Beyond (1969-1998). South Africa: Galago, 2005.